

BOLETIM

DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº16 - 2025

EDIÇÃO ESPECIAL - DADOS ANUAIS (2012-2024)



LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL



SALATA, Andre Ricardo.,
RIBEIRO, Marcelo Gomes.,
RODRIGUES, Juciano Martins.

Boletim Desigualdade nas Metrôpoles.
Porto Alegre/RS, n. 16, 2025

Disponível em:

<<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>>

<<http://www.pucrs.br/datasocial>>

As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata

Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metrôpoles
Coordenador do PURS Data Social

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Coordenador do Núcleo RJ do Observatório das Metrôpoles

Prof. Dr. Juciano Martins Rodrigues

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Coordenador do Núcleo RJ do Observatório das Metrôpoles

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Observatório das Metrôpoles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
PUCRS-Data Social: laboratório de desigualdades, pobreza e mercado de trabalho.
Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Fundação PORTICUS
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)
imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br
(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metrôpoles
comunicacao@observatoriodasmetropoles.net

DESTAQUES DESSA EDIÇÃO

- Desde 2021 houve significativa queda das desigualdades nas regiões metropolitanas brasileiras. Entre 2021 e 2024 o coeficiente de Gini caiu de 0,565 para 0,534, e a razão da renda dos mais ricos em relação aos mais pobres variou de 19,2 para 15,5 vezes.
- A maioria das regiões metropolitanas apresentou redução na desigualdade de renda nesse período (2021-2024), com exceção das regiões metropolitanas de Curitiba, Florianópolis, Grande São Luís e Vale do Rio Cuiabá.
- A redução da desigualdade também foi significativa no último ano analisado, entre 2023 e 2024, quando o coeficiente de Gini caiu de 0,550 para 0,534, e a razão de renda variou de 17,1 para 15,5 no conjunto das metrópoles.
- Pela segunda vez consecutiva, a média de renda atingiu o maior valor da série histórica, chegando a R\$2.475 em 2024 - considerando o conjunto das regiões metropolitanas.
- Em todas as regiões metropolitanas verificamos tendência de crescimento da renda média entre 2021 e 2024.

- É na camada mais pobre que verificamos o maior aumento proporcional da renda desde 2021. Entre 2021 e 2024 o comportamento da renda do estrato dos 40% mais pobres nas regiões metropolitanas foi de crescimento, atingindo os maiores valores da série histórica em 2023 e, posteriormente, em 2024, quando chegou ao valor de R\$670.
- Entre 2021 e 2024 houve forte e contínua queda da taxa de pobreza no conjunto das regiões metropolitanas, variando de 31,1% para 19,4% no período. Como consequência, a taxa de pobreza atingiu o menor valor da série histórica em 2024. Assim, desde 2021, 9,5 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza nas metrópoles brasileiras.
- A partir de 2021, passou a ocorrer redução expressiva da taxa de extrema pobreza, chegando a 3,3% em 2024. Isso indica que desde 2021 mais de 2,8 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza extrema no Brasil metropolitano.
- A taxa de extrema pobreza caiu na maioria das metrópoles ao longo do período analisado (2021-2024), com exceção de Florianópolis e de Fortaleza.

1 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como reconhecido por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em

seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das Regiões Metropolitanas do país. E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso de-

mográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as Regiões Metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O Boletim Desigualdade nas Metrôpoles tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das Regiões Metropolitanas do país. Esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial das divulgações dos segundo e quarto trimestres de cada ano. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo.

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, sediado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o PUCRS-Data Social e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

NOTAS METODOLÓGICAS

- 1** Nesta edição, trabalhamos com os dados da divulgação anual (acumulado de primeiras visitas, exceto em 2020-2022, nos quais utilizamos os acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19) da PNADc - IBGE, cobrindo o período de 2012 até 2024. A vantagem dos dados anuais é que se torna possível ter acesso a outras fontes de renda que não os rendimentos do trabalho, incluindo, por exemplo, aposentadorias, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada (BPC), Bolsa-Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil, entre outras fontes. Desse modo, ao contrário do que ocorre com a divulgação trimestral dos dados da PNADc, que costumamos utilizar em nossos boletins, podemos tratar da renda mensal total dos domicílios.
- 2** Os dados de rendimentos utilizados neste Boletim dizem respeito ao rendimento domiciliar per capita mensal (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), excluindo o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
- 3** Trabalhamos com todas as Regiões Metropolitanas para as quais temos dados representativos na PNADc. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além de Brasília e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as Regiões Metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento da PNADc, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

2 COEFICIENTE DE GINI

O coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Na figura 1, se observa a evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil do início da série histórica, em 2012, até o ano mais recente, em 2024. O que se percebe é que entre 2012 e 2014 a desigualdade de renda passou por uma constante e leve redução. Após um período de estabilidade entre 2014 e 2015, esse valor teve um crescimento elevado nos dois anos seguintes. A partir de então, voltou a cair, com uma queda mais aguda em 2020 – em função das políticas emergenciais de

adotadas durante a pandemia de COVID-19. Em 2021, com o enfraquecimento daquelas políticas, a desigualdade de renda aumentou de forma elevada e atingiu o maior valor da série histórica, 0,565. No ano seguinte, em 2022, no entanto, a desigualdade voltou a cair. Apesar de ter se elevado novamente em 2023, a desigualdade caiu em 2024, atingindo seu menor nível em toda a série histórica, com Gini de 0,534.

Na figura 2, estão expostos os resultados do coeficiente de Gini para as Regiões Metropolitanas do país, entre os anos de 2021 (ano pandêmico) e 2024 (último ano com dados completos). A maioria das Regiões Metropolitanas apresentou redução na desigualdade de renda nesse período, com exceção das Regiões Metropolitanas de Curitiba, Florianópolis, Grande São Luís e Vale do Rio Cuiabá. Em 2024, aquelas que registraram os maiores coeficientes de Gini e, portanto, maior desigualdade de renda, em ordem crescente, foram as Regiões Metropolitanas de João Pessoa [0,534], São Paulo [0,536], Natal [0,537], Brasília

[0,547] e Recife [0,556]. No outro extremo, as Regiões Metropolitanas com menores coeficientes de Gini, em ordem decrescente, foram Porto Alegre [0,489], Vale do Rio Cuiabá [0,486], Belo Horizonte [0,484], Manaus [0,480] e Goiânia [0,478].

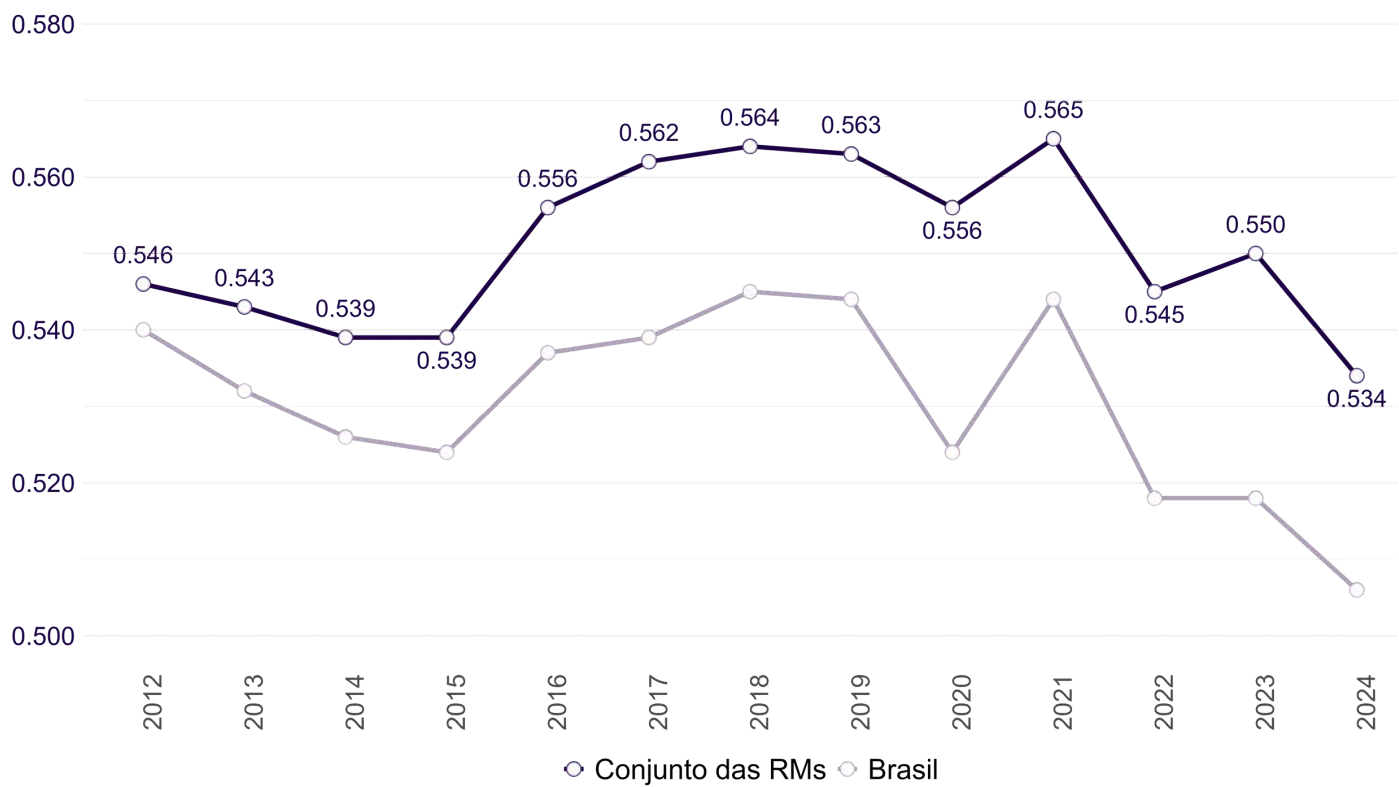


FIGURA 1: Evolução do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços médios do ano, 2024 / IPCA).

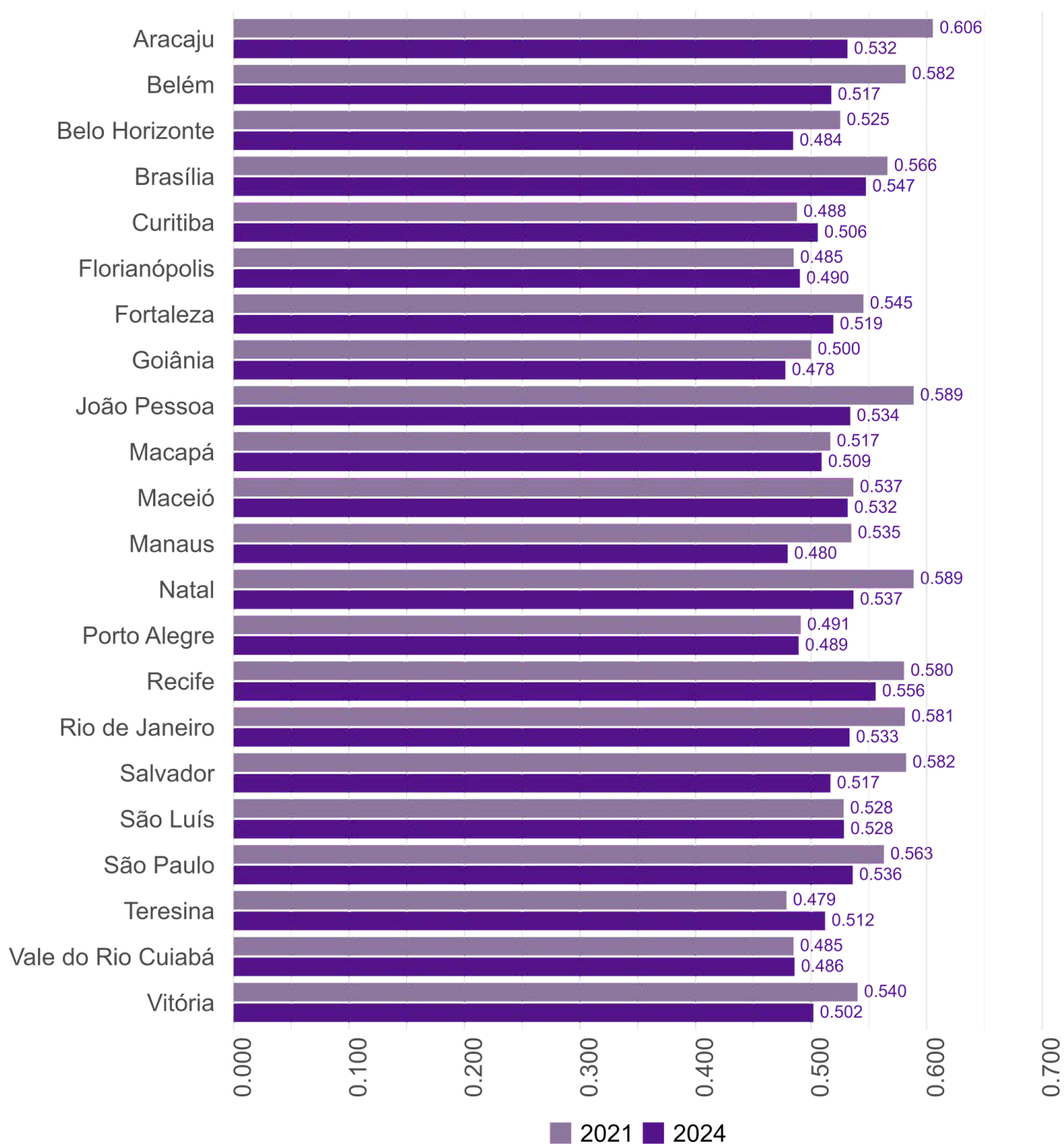


FIGURA 2: Coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços médios do ano, 2024 / IPCA).

3 ESTRATOS DE RENDA

Nesta seção, são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda: os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, expostas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade da distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social, que caracteriza o fenômeno no Brasil.

A figura 3 mostra a evolução da média de rendimentos para o conjunto das

Regiões Metropolitanas para o período de 2012 a 2024. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014. Apesar da queda sofrida em 2015 e com pequenas oscilações, voltou a crescer até 2019, atingindo o valor de R\$2.336. A partir desse período, sofreu uma queda brusca em 2020 e 2021 em razão dos efeitos da pandemia da Covid19. De 2022 em diante reverteu esse comportamento, apresentando crescimento até atingir o maior valor da série histórica pela segunda vez, correspondente a R\$2.475 em 2024.

Na figura 4, estão expostos os resultados da média de rendimentos, entre 2021 e 2024, para cada uma das Regiões Metropolitanas do país. O comportamento de todas foi de aumento da média de rendimentos no período. Em 2024, as Regiões Metropolitanas com os menores rendimentos médios, em ordem crescente, foram Manaus, Fortaleza e São Luís. Já as Regiões Metropolitanas com maiores rendimentos médios, em ordem crescente, foram Curitiba, Brasília e Florianópolis.

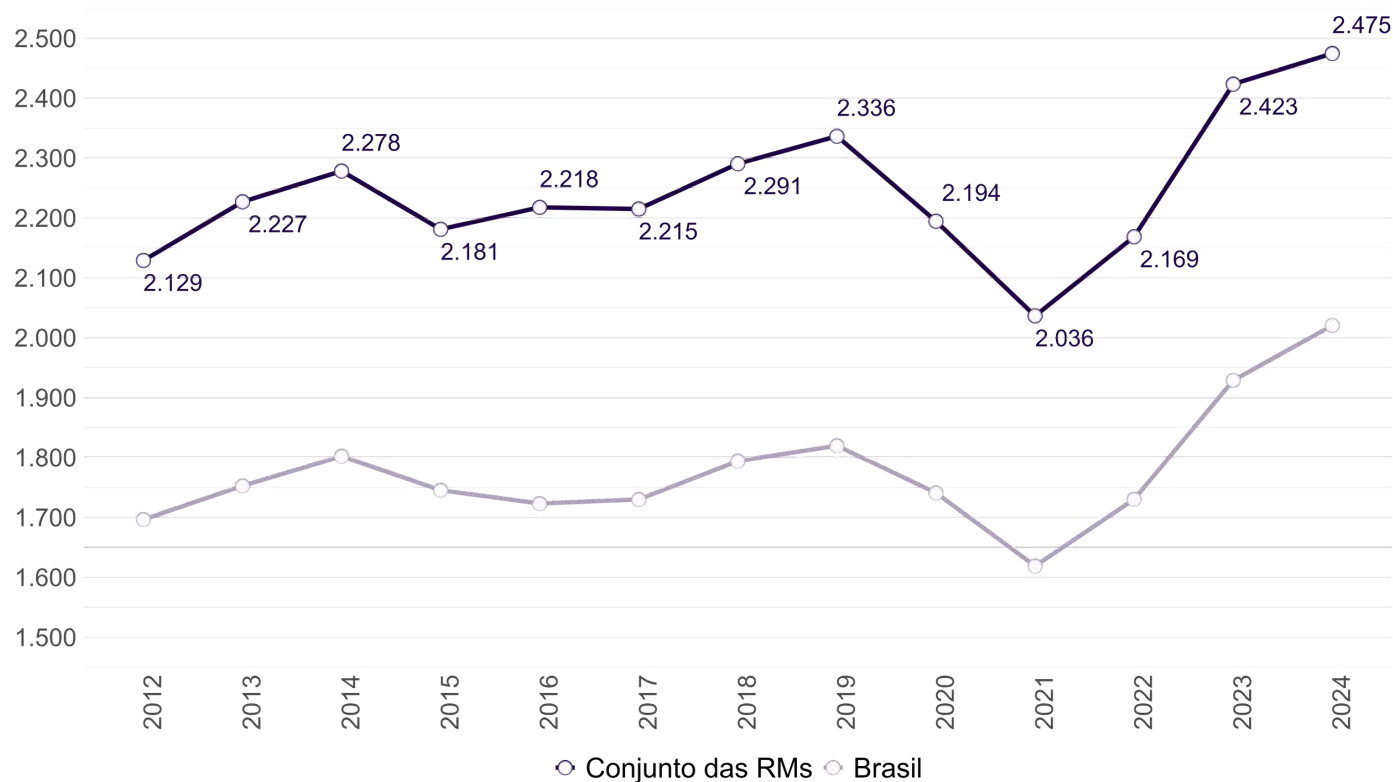


FIGURA 3: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2024 / IPCA).

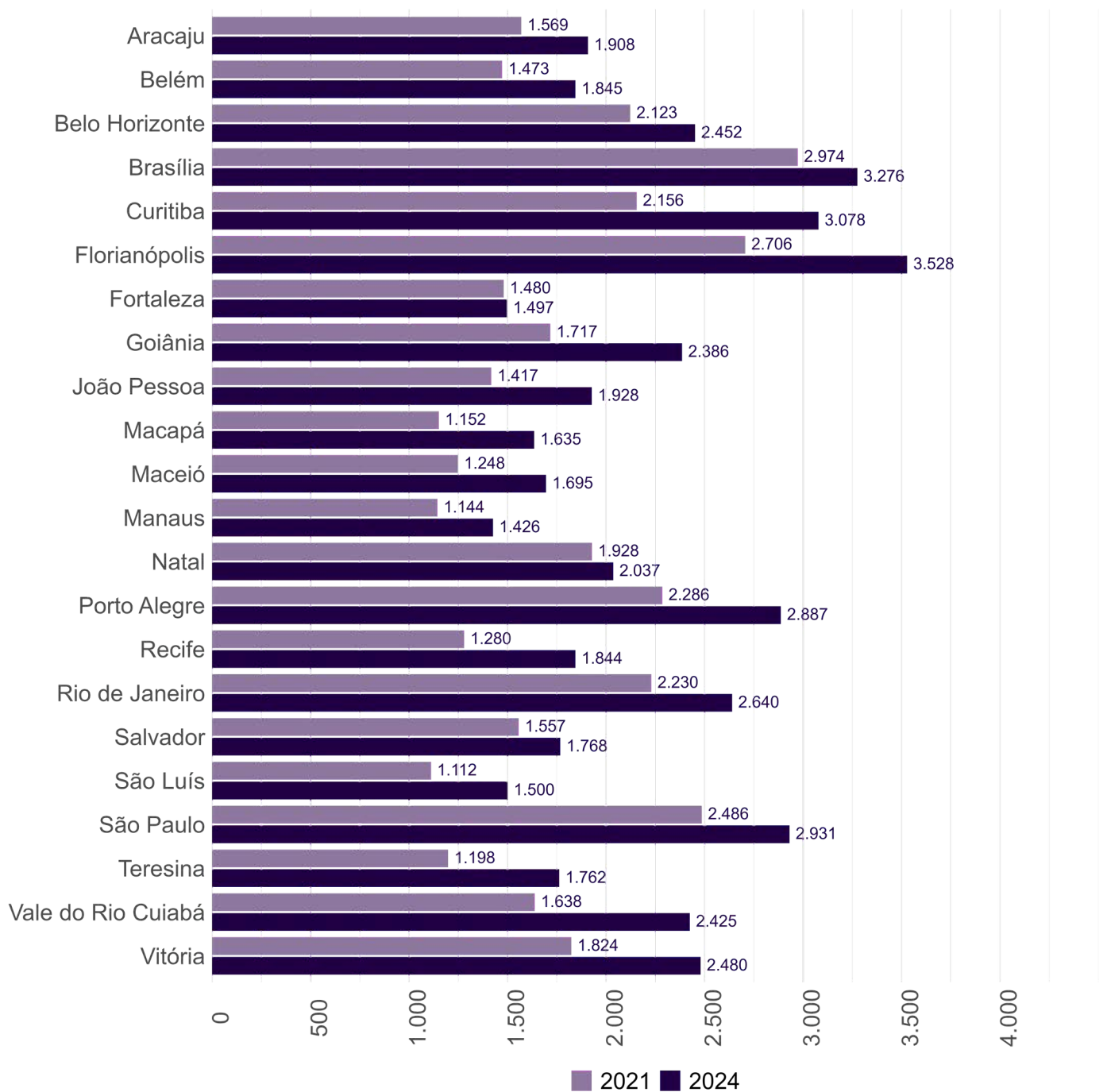


FIGURA 4: Média de rendimentos* - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
 Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2024/IPCA).

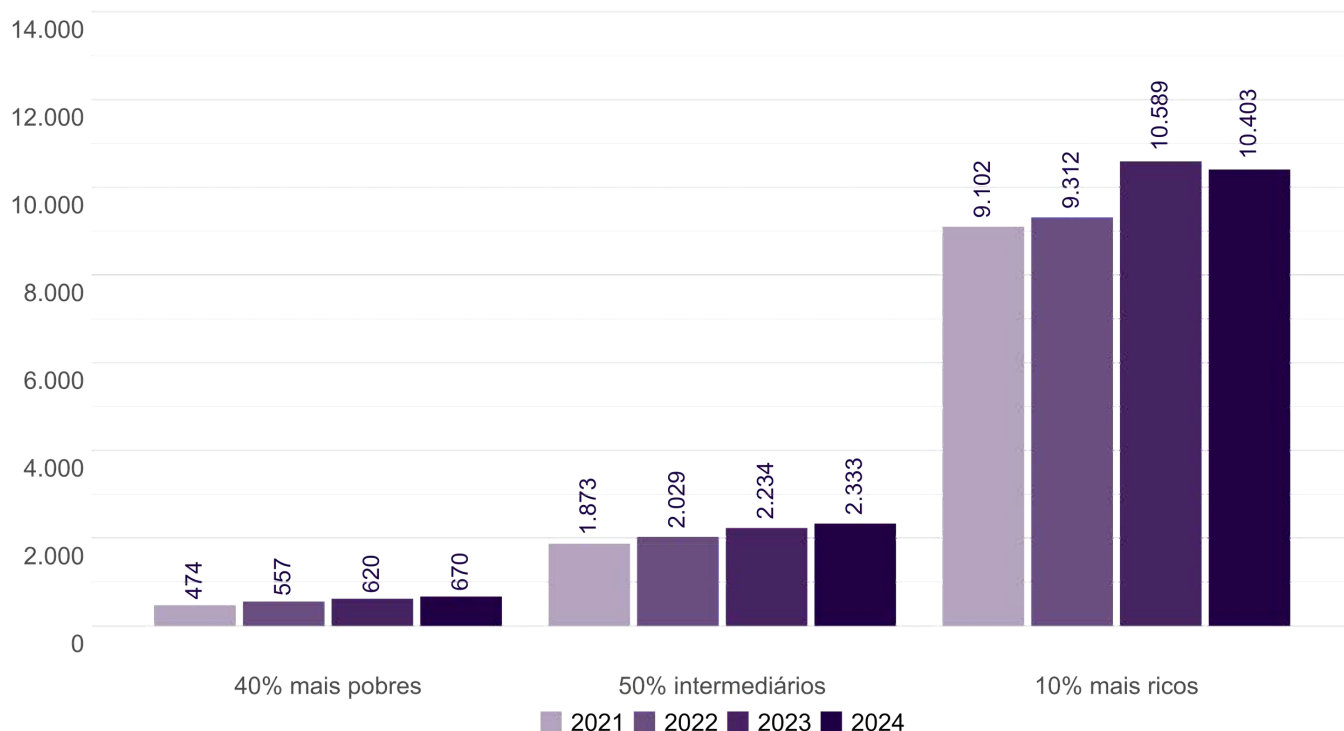


FIGURA 5: Média de rendimento por estrato de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

A figura 5, por sua vez, traz os resultados do rendimento médio segundo os estratos de renda para o conjunto das Regiões Metropolitanas, entre 2021 e 2024. Em todos os estratos se observa comportamento de crescimento do rendimento médio, no período, apesar de pequena queda verificada entre os 10% de maior renda em 2024. Além disso, se observa a enorme distância que separa o topo da base dos estratos de renda nas metrópoles brasileiras.

Na figura 6, por sua vez, está plotada a variação percentual do rendimento médio para cada ano em relação ao começo da série histórica [2012], segundo os estratos de renda, o que permite verificar os ganhos ou perdas relativas do rendimento médio por estrato de renda. Entre 2013 e 2014, a variação do rendimento foi positiva e crescente para todos os estratos de renda, sendo maior para o estrato mais pobre. Entre 2014 e 2015, apesar de positiva, a variação do rendimento médio de todos os estratos se reduziu. A partir desse ano, se observa

comportamento distinto entre o estrato dos 40% de menor renda, que passaram a registrar variação negativa até o ano de 2018 e pequena recuperação em 2019, e os demais estratos, que apresentaram variação positiva e crescente até 2019. Em 2020 e 2021, todos os estratos de renda apresentam queda na variação de rendimento devido aos efeitos da Pandemia da Covid19, mas elas foram mais expressivas para o estrato mais pobre, que chegou a registrar perda 15,6% do seu nível de rendimento. O período de 2022 diante foi de recuperação para todos os estratos de renda, apesar de pequena queda da variação dos 10% mais ricos entre 2023 e 2024. Para os estratos dos 40% de menor renda e dos 50% intermediários, em 2024 se registraram as maiores variações de rendimento durante toda a série histórica.

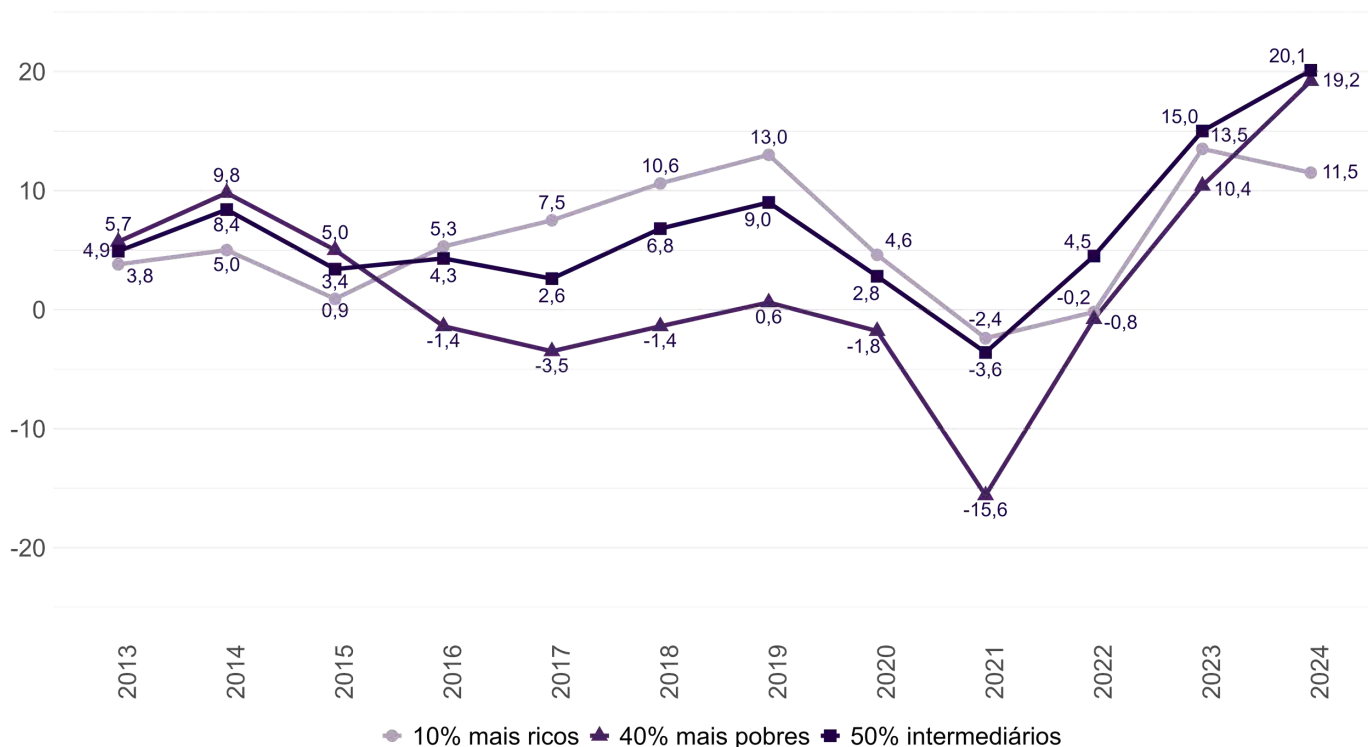


FIGURA 6: Variação (%) da média de rendimentos em relação ao ano de 2012 por estrato de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

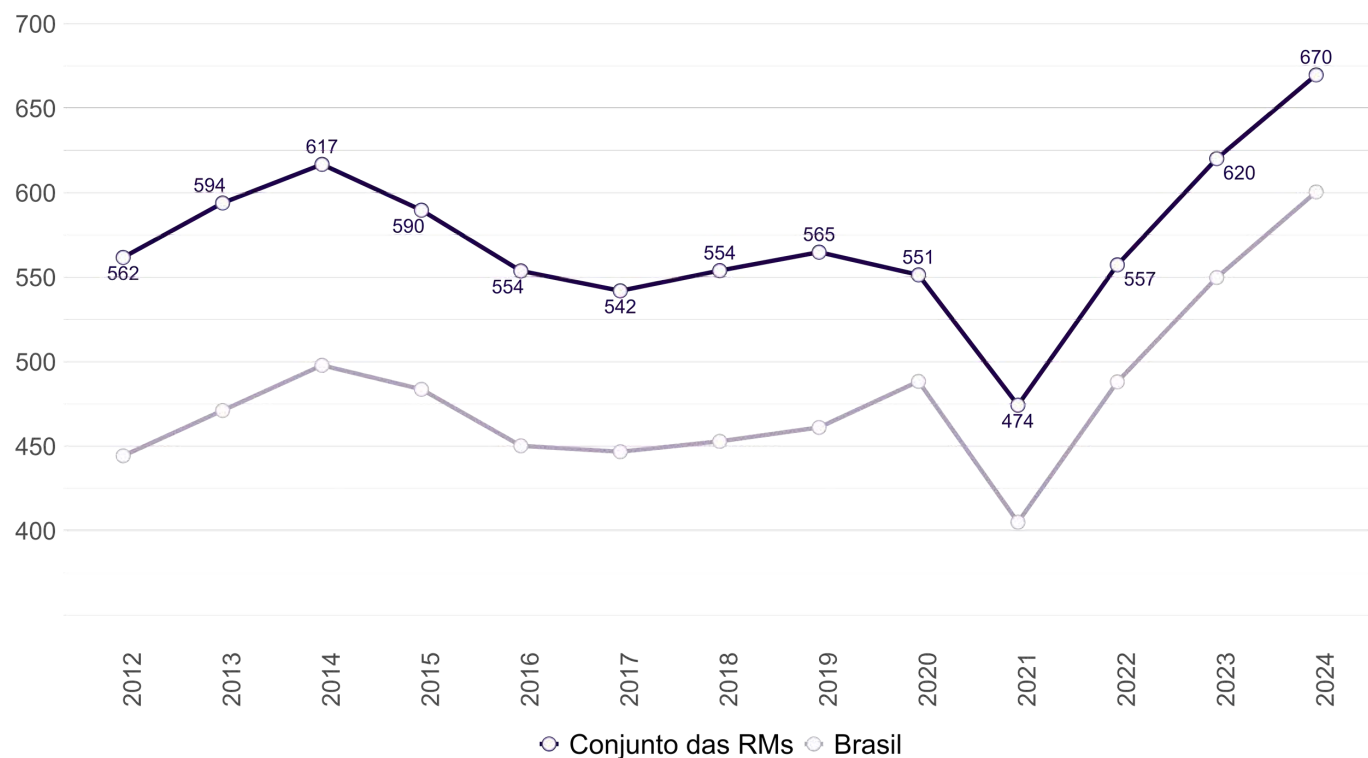


FIGURA 7: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

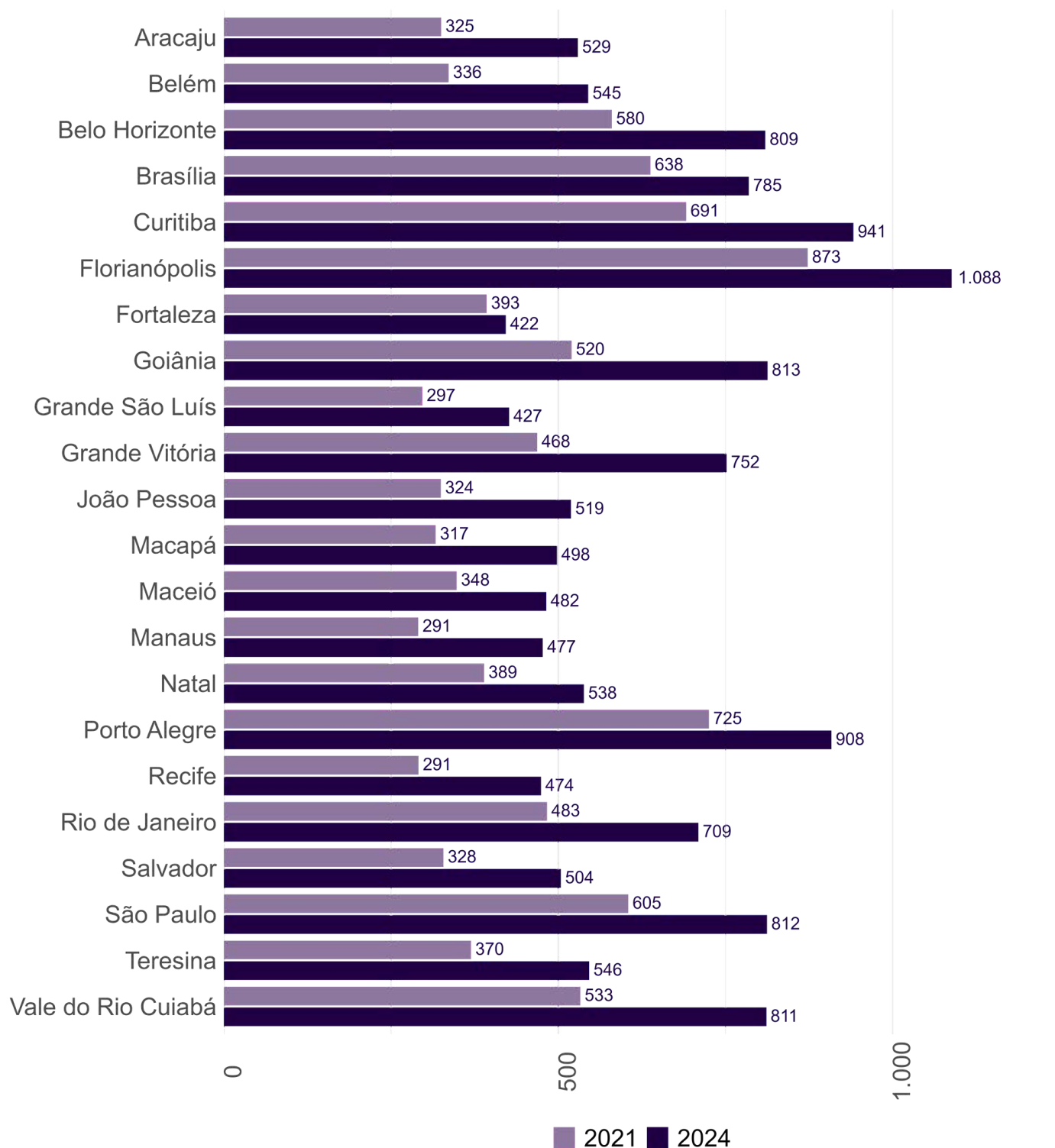


FIGURA 8: Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
 Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2024 / IPCA).

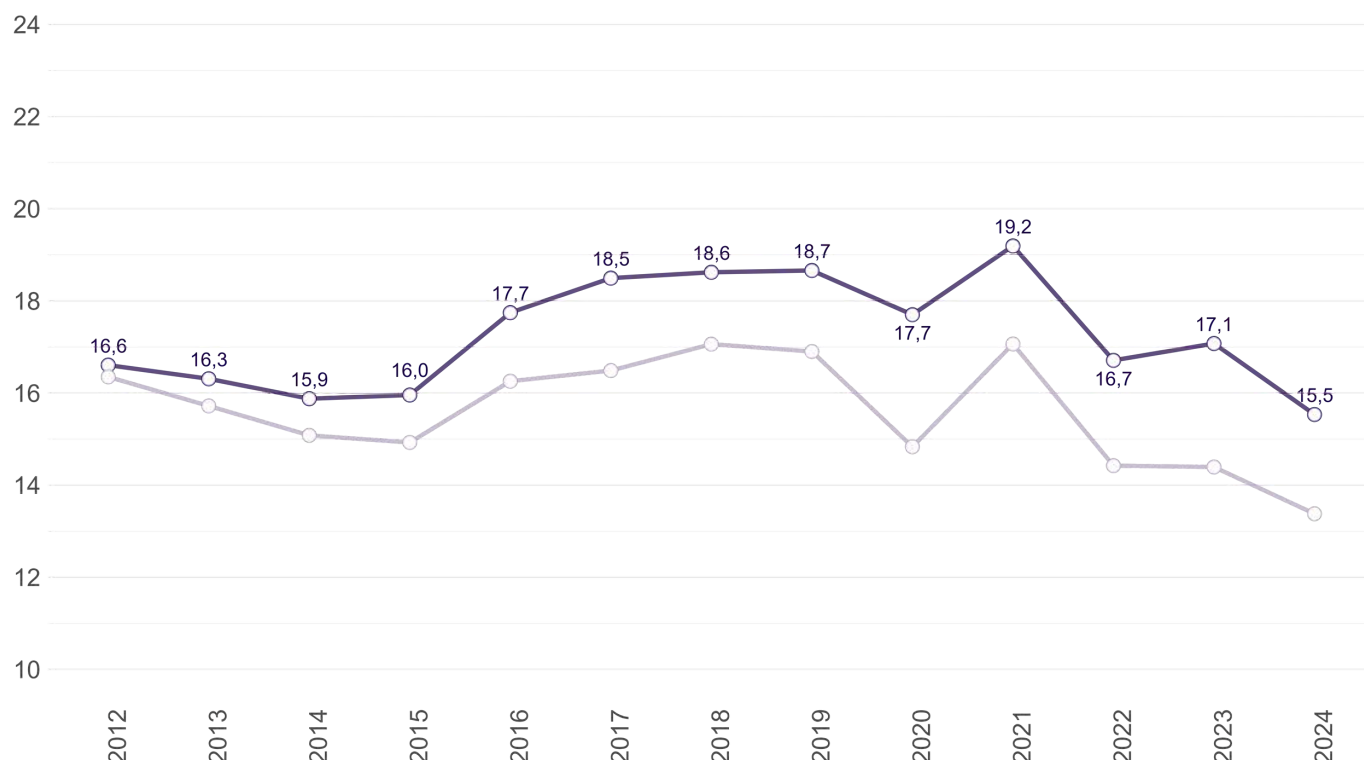


FIGURA 9: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2024 / IPCA).

Na figura 7, está exposta a evolução da média de rendimentos dos 40% mais pobres em cada ano ao longo da série histórica. Se observa que ocorreu crescimento da média do rendimento desse estrato entre 2012 e 2014. A partir desse período, houve redução da média do rendimento até 2017, quando a curva apresentou trajetória de crescimento até 2019. Devido aos efeitos da pandemia da Covid19, a média do rendimento caiu em 2020 e despencou em 2021. No entanto, a partir de 2022 o comportamento foi de crescimento, atingindo os maiores rendimentos da série histórica em 2023 e, posteriormente, em 2024, no valor de R\$670.

Na figura 8, está exposta a média de rendimento do estrato de 40% de menor renda, de 2021 e 2024, para cada uma das Regiões Metropolitanas do país. Em todas as Regiões Metropolitanas se verificou aumento da média do rendimento para esse estrato de renda. Em 2024, os menores rendimentos médios na comparação entre as Regiões Metropolitanas foram registrados, em

ordem decrescente, em Fortaleza (R\$422), Grande São Luís (R\$427) e Recife (R\$474). Já os maiores rendimentos foram registrados, em ordem crescente, nas Regiões Metropolitanas São Paulo (R\$812), Goiânia (R\$813), Porto Alegre (R\$908), Curitiba (R\$941) e Florianópolis (R\$1.088).

Na figura 9, está plotada a evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico [10% do topo da distribuição] e o estrato mais pobre [40% da base da distribuição], para o conjunto das Regiões Metropolitanas. A razão de rendimento é outro indicador de desigualdade de renda, pois permite analisar quantas vezes mais ganham, em média, o estrato dos 10% de maior rendimento em relação ao estrato dos 40% de menor rendimento. Essa razão apresentou comportamento de queda entre 2012 e 2014, demonstrando, portanto, redução da desigualdade de renda. No entanto, voltou a subir no período de 2015 a 2019. Devido aos efeitos da política emergencial de transferência de renda no momento da Pandemia da

Covid19, a razão de rendimento caiu em 2020, mas voltou a subir em 2021, atingindo seu patamar mais elevado em toda a série histórica. A partir desse período, apesar de pequenas oscilações, seu comportamento foi de queda até 2024, quando registrou seu menor nível em 15,5, demonstrando que as pessoas do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 15,5 vezes mais do que as pessoas da base dessa distribuição.

Na figura 10, está exposta a comparação entre a razão de rendimento registrada em 2021 e em 2024 para cada uma das Regiões Metropolitanas do país. Na maioria delas se registrou queda desse indicador, com exceção das Regiões Metropolitanas de Curitiba e de Teresina, onde foram registradas elevações nessa razão. Em 2024, as Regiões Metropolitanas onde se registaram as maiores razões de rendimentos, em ordem crescente, foram Natal [15,5], São Paulo [15,6], João Pessoa [15,9], Distrito Federal [17,1] e Recife [17,6]. No outro oposto, as metrópoles em que foram

registradas as menores desigualdades de renda, em ordem decrescente, foram as Regiões Metropolitanas de Florianópolis [11,8], Belo Horizonte [11,6], Vale do Rio Cuiabá [11,6], Manaus [11,2] e Goiânia [11,2].

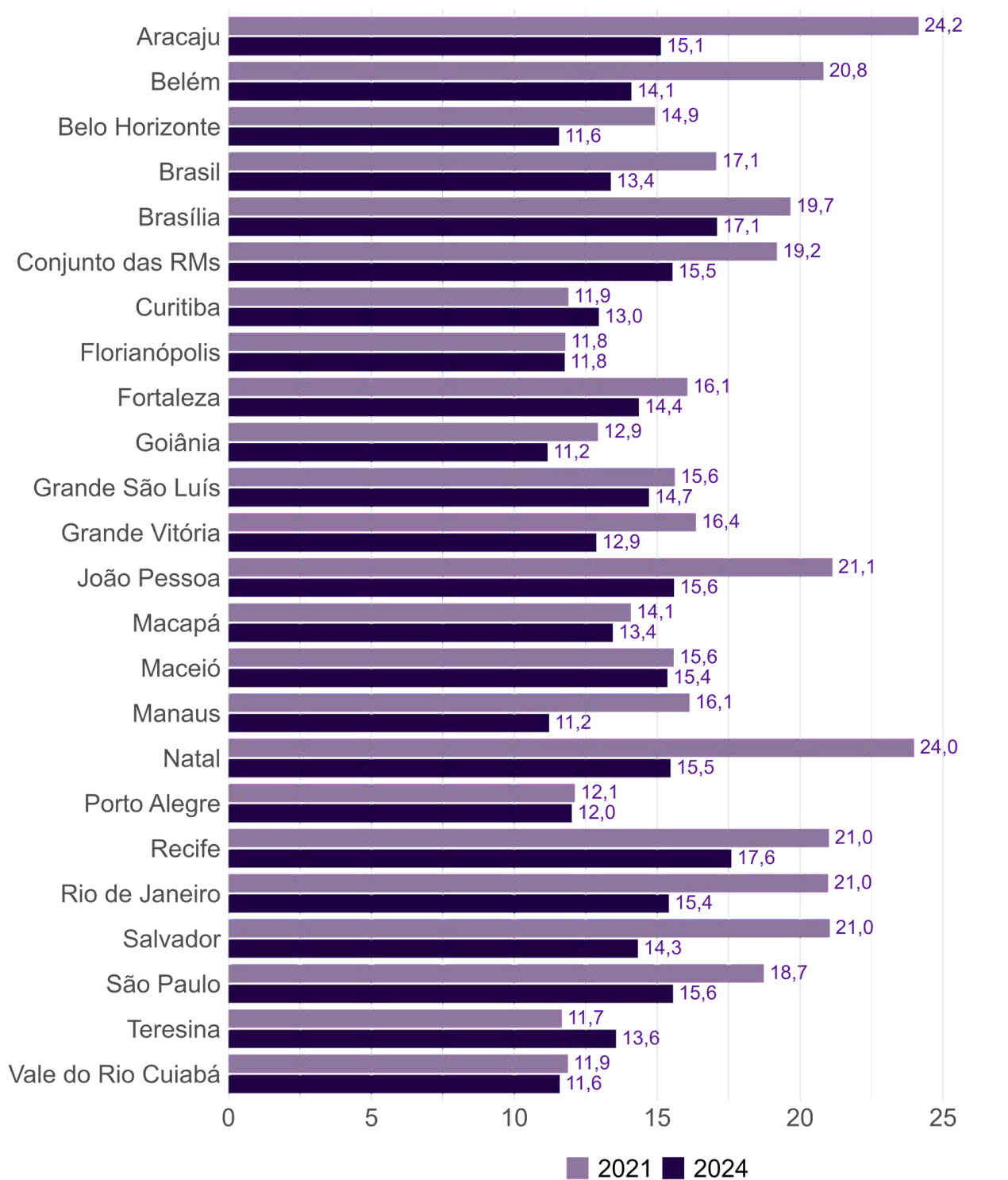


FIGURA 10: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2022 / IPCA).

4 POBREZA E EXTREMA POBREZA

Além da desigualdade de renda, é importante também considerar a pobreza absoluta e sua evolução no período. Diferente dos indicadores de desigualdade, que tratam da forma como a renda é distribuída, a pobreza diz respeito à quantidade de indivíduos que recebem rendimentos abaixo de um valor mínimo (linha de pobreza). Essa quantidade varia em função tanto do volume de recursos disponíveis como da maneira como tais recursos estão distribuídos. Cenários de crescimento econômico e/ou redução das desigualdades tendem a induzir uma redução na taxa de pobreza, enquanto contextos de recessão econômica e/ou elevação das desigualdades costumam vir acompanhados de aumento da mesma.

A pobreza pode ser entendida, de modo genérico, como a circunstância na qual necessidades básicas não são atendidas de forma adequada, sendo considerada, portanto, uma situação de privação. Ou seja, é entendido como pobre aquele indivíduo que não dispõe dos meios minimamente necessários para participar adequadamente da vida na sociedade em que está inserido. Um dos

maiores desafios para se estudar este fenômeno é a definição do que seriam essas necessidades básicas, esse mínimo necessário, e então o valor monetário a ele correspondente – a chamada linha de pobreza. Há diversos métodos para se chegar a este valor e uma significativa variação entre as linhas de pobreza estabelecidas em diferentes países, regiões e/ou momentos históricos. Neste Boletim, adotamos linhas de pobreza definidas pelo Banco Mundial, amplamente utilizadas ao redor do mundo e no Brasil.

Para o acompanhamento da pobreza global, as Nações Unidas e o Banco Mundial estabeleceram inicialmente a medida de US\$1,00 por dia, ainda na década de 1990. Este valor tem sido atualizado constantemente, e hoje está em US\$2,15 – baseado no cálculo da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017^[1].

[1] Elaborada a partir de uma pesquisa mundial de preços de bens e serviços, a taxa de câmbio medida em PPC permite a comparação do valor real das moedas em determinado momento.

Tal patamar se justifica por ser válido como linha de pobreza mesmo para os países mais pobres do globo, se constituindo, portanto, como um mínimo a ser perseguido por todo e qualquer país. Essa importante medida foi utilizada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – e está presente na Agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Mais recentemente, no entanto, a partir do ano de 2007, o Banco Mundial adicionou duas outras opções de linhas de pobreza em suas publicações. A primeira delas se aplica aos países de renda média-baixa e tem o valor de US\$3,65 PPC; a segunda, por sua vez, é sugerida para os países de renda média-alta^[2] e seu valor é de US\$6,85 PPC.

[2] <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>

O Brasil é classificado como país de rendimento média-alto e por essa razão a linha de pobreza de US\$ 6,85 PPC tem sido utilizada com frequência nos estudos nacionais, inclusive pelo IBGE^[3]. Nesta publicação, trabalharemos com duas linhas: US\$6,85 PPC para pobreza e US\$2,15 PPC para a extrema pobreza. Para tanto, os valores foram primeiro convertidos em reais (R\$) a partir da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017; posteriormente, foram então deflacionados para valores médios de 2024, por meio do INPC. Em valores de 2024, a linha de pobreza é de aproximadamente R\$692,54 e a linha de extrema pobreza é de aproximadamente R\$217,37. Ou seja, moradores de domicílios cuja renda per capita se encontra abaixo de tais valores serão classificados como pobres e/ou extremamente pobres, respectivamente.

[3] <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>

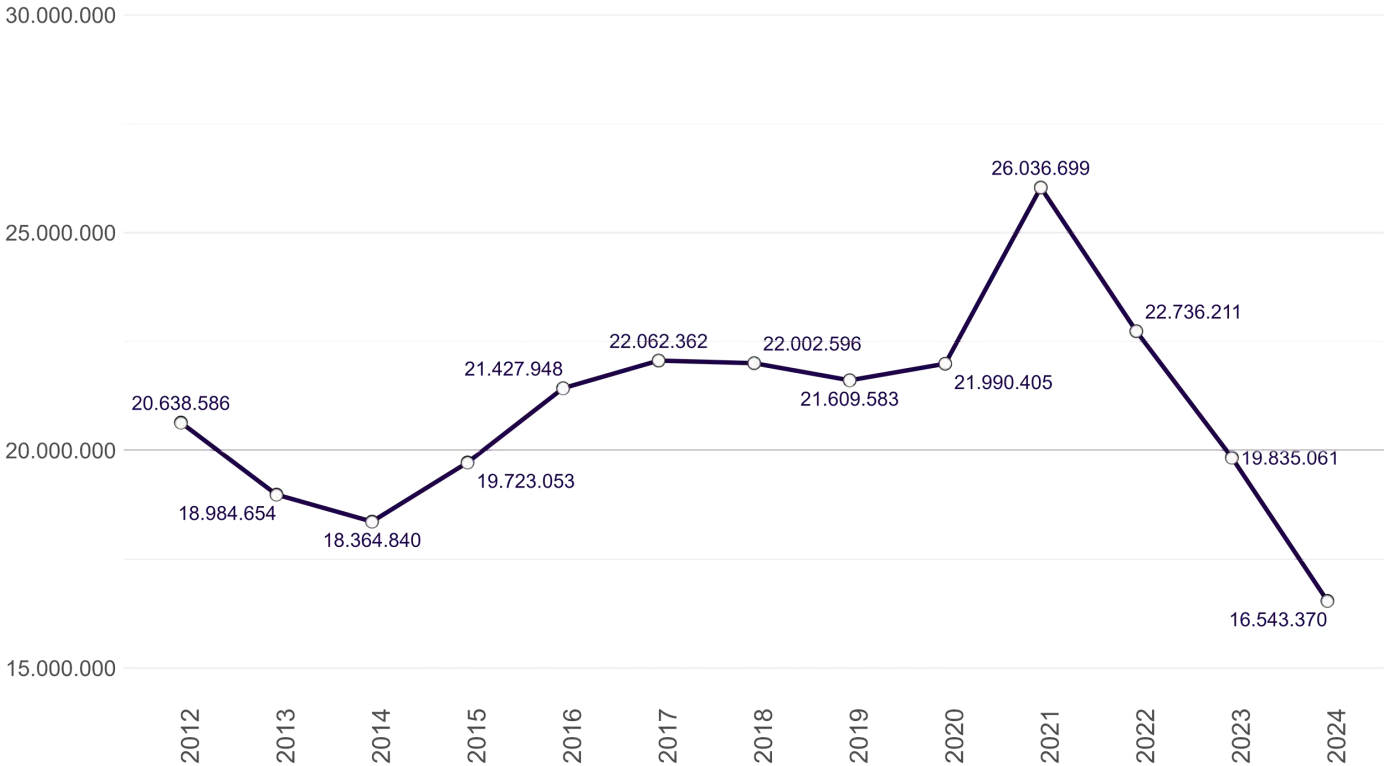


FIGURA 11: Número de Pessoas em Situação de Pobreza* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
Nota: (*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)

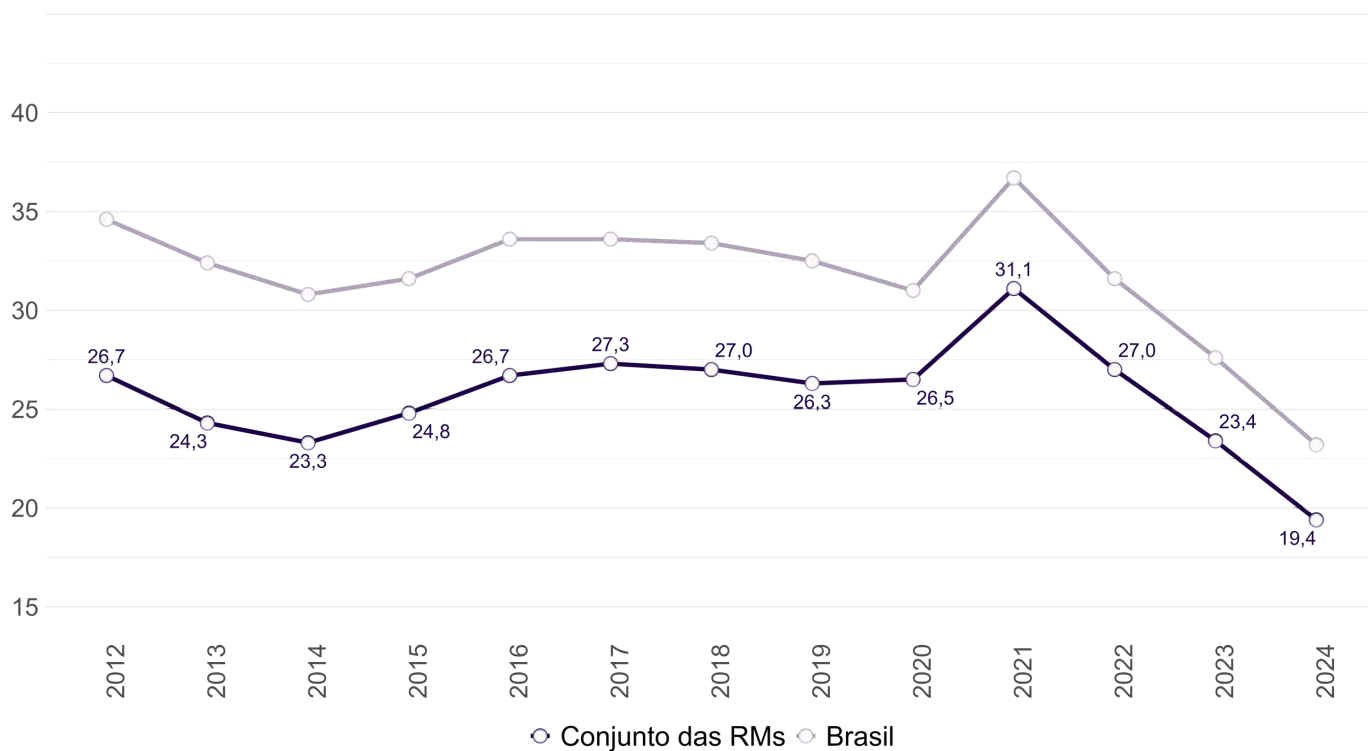


FIGURA 12: Pessoas em Situação de Pobreza* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)

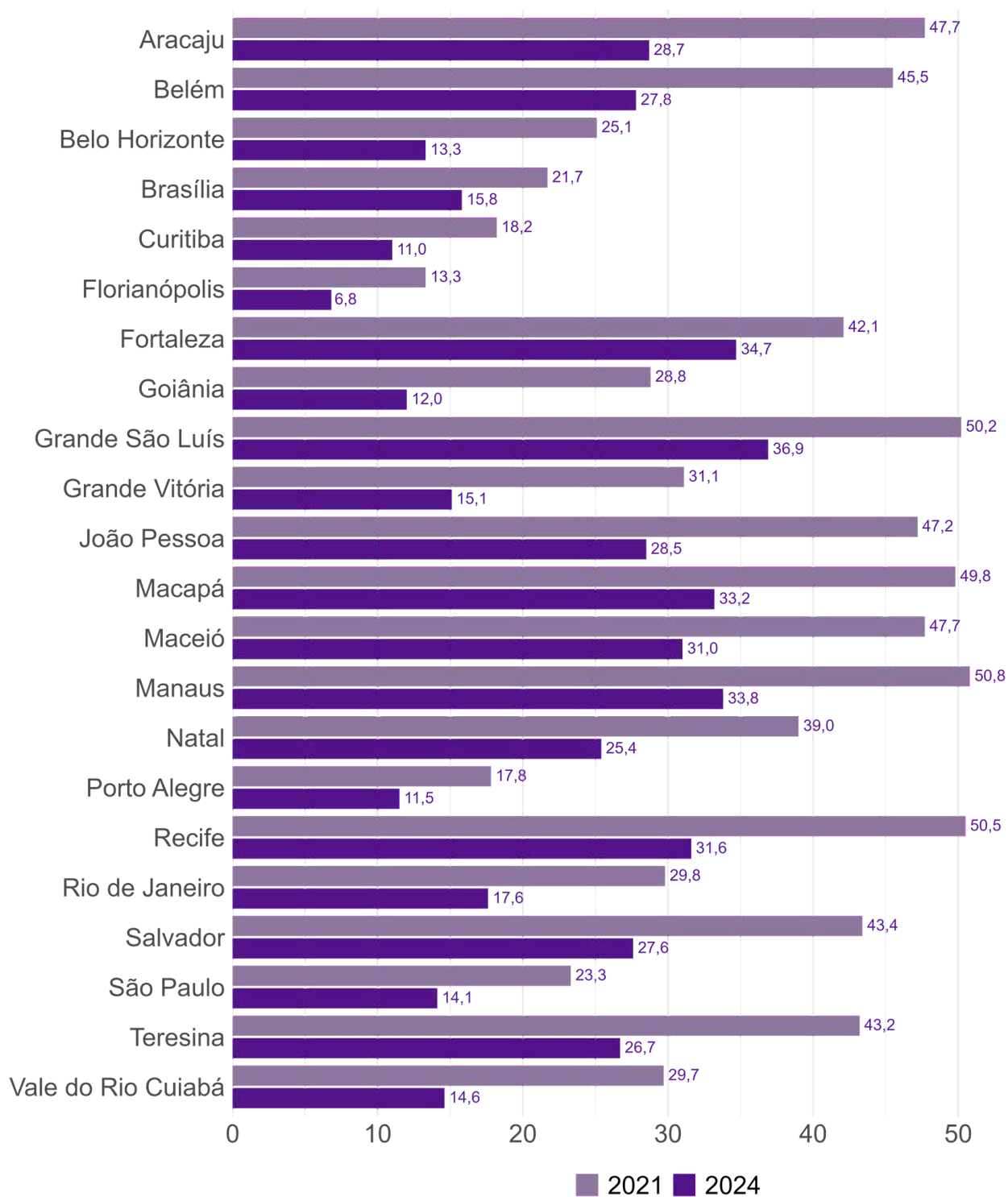


FIGURA 13: Pessoas em Situação de Pobreza* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)

Nas figuras 11 e 12, estão expostas, respectivamente, as evoluções do número total e do percentual da população do conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras que se encontram em situação de pobreza. Esses valores caem entre 2012 e 2014, quando apresentam o menor valor da série, e a taxa chega 23,3%, ou 18,4 milhões de pessoas. A partir daí sobe por três anos e depois se estabiliza em cerca de 26,5% (22 milhões) até 2020. Em 2021 a taxa de pobreza sobe bruscamente e chega a 31,1% (26 milhões) da população metropolitana em situação de pobreza, o maior valor da série histórica. A partir de 2022 passou a ocorrer redução e a taxa de pobreza chegou a 19,4% em 2024, correspondente a 16,5 milhões de pessoas, o menor patamar durante toda a série histórica. Isso indica que desde 2021, 9,5 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza nas metrópoles brasileiras.

Na figura 13, está exposta a taxa de pobreza para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil, nos anos de 2021 e 2024. Houve redução dessa taxa em todas as Regiões Metropolitanas na comparação entre 2021 e 2024. Em 2024, as Regiões Metropolitanas em que a taxa de pobreza foi mais alta, em ordem crescente, foram Maceió [31,0%], Macapá [33,2%], Manaus [33,8%], Fortaleza [34,7%] e Grande São Luís [36,9%]. Já as Regiões Metropolitanas em que se registraram as menores taxas de pobreza foram, em ordem decrescente, Belo Horizonte [13,3%], Goiânia [12,0%], Porto Alegre [11,5%], Curitiba [11%] e Florianópolis [6,8%].

Nas figuras 14 e 15, temos a evolução, respectivamente, do número total e do percentual da população do conjunto das Regiões Metropolitanas que se encontra em situação de extrema pobreza, isto é, que vive em domicílios em que a renda per capita é inferior a R\$217,37 por mês. Constata-se que após uma leve redução entre 2012 e 2013, esses valores passaram a crescer sucessivamente todos os anos, em que pese um certo período de estabilidade [entre 2013 e 2015 e entre 2018 e 2020]. Assim como registrado para a situação de pobreza, a taxa de extrema pobreza

saltou entre 2020 e 2021, chegando a 6,8%, correspondente 5,7 milhões de pessoas das metrópoles brasileiras. Esse valor foi mais do que o dobro registrado sete anos antes. A partir de 2021, passou a ocorrer redução expressiva da taxa de extrema pobreza, chegando a 3,3% em 2024. Isso indica que desde 2021 mais de 2,8 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza extrema no Brasil metropolitano.

Na figura 16, é apresentada a comparação entre o percentual de pessoas em situação de pobreza extrema, em 2021 e em 2024, para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil. Podemos constatar que a taxa de extrema pobreza caiu na maioria das metrópoles ao longo do período analisado, com exceção de Florianópolis e de Fortaleza. As Regiões Metropolitanas em que a taxa de extrema pobreza foi mais alta, em ordem crescente, foram Recife [4,9%], Maceió [5,1%], Salvador [6,3%], Grande São Luís [6,4%] e Fortaleza [8,6%]. Já as regiões em que essa taxa foi mais baixa, em ordem decrescente, foram Distrito Federal [1,7%], Curitiba [1,7%], Florianópolis [1,5%], Porto Alegre [1,5%] e Goiânia [1,4%].

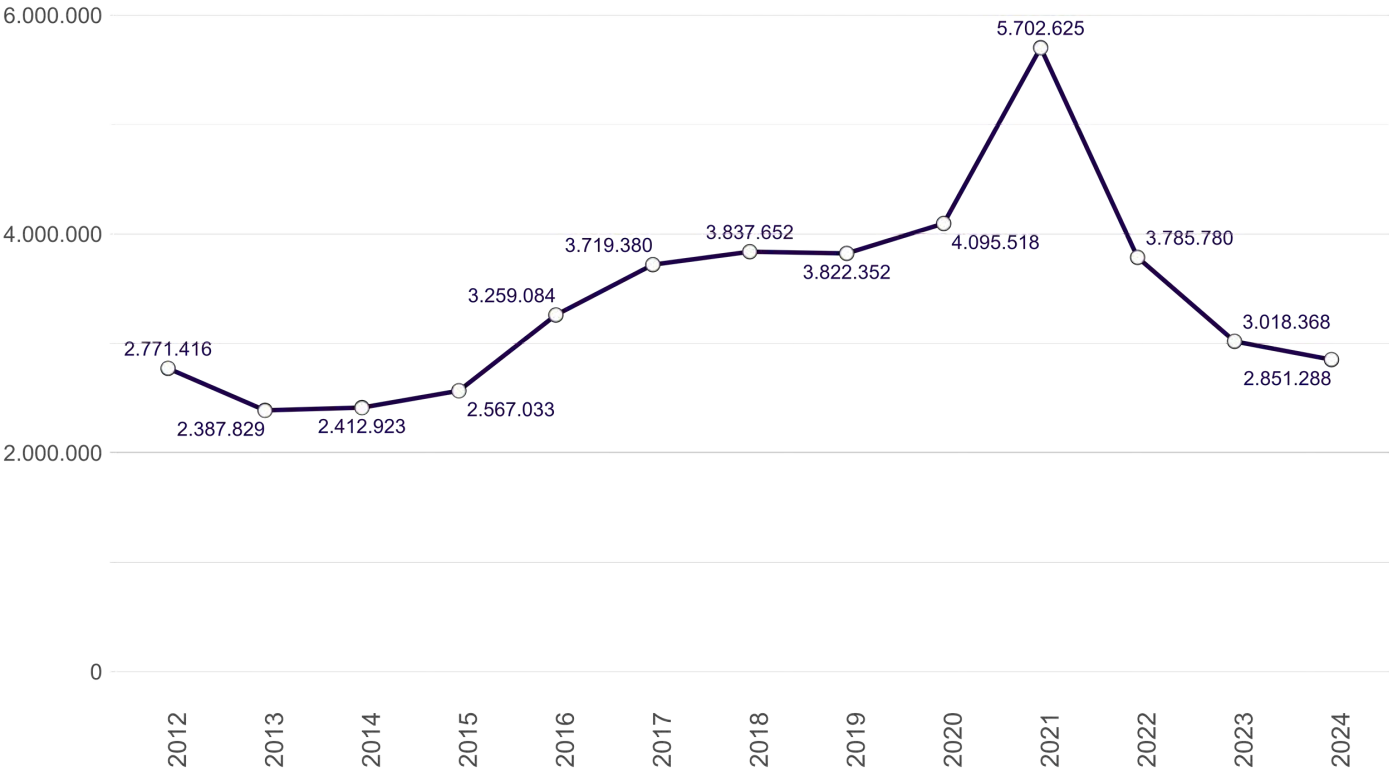


FIGURA 14: Número de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza* - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
Nota: (*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)

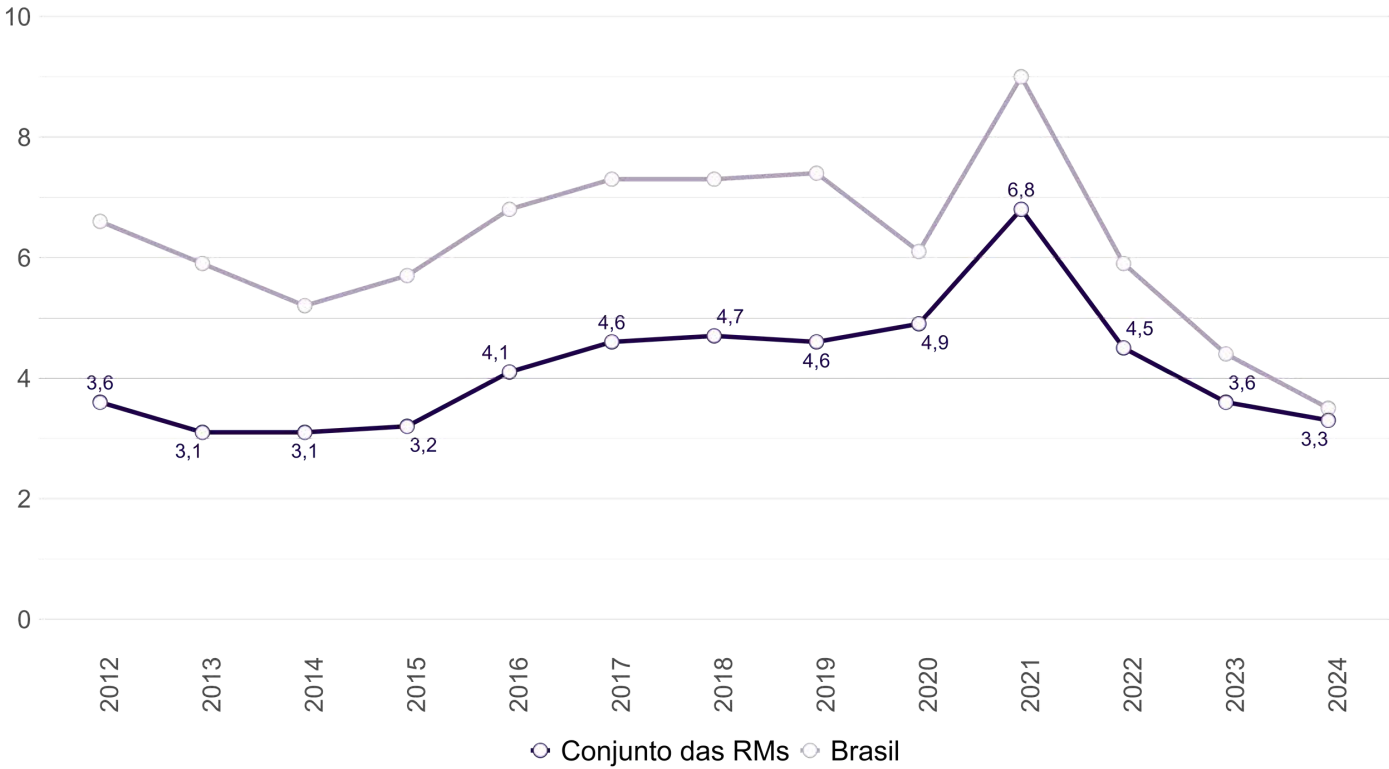


FIGURA 15: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza* - Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
Nota: (*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)

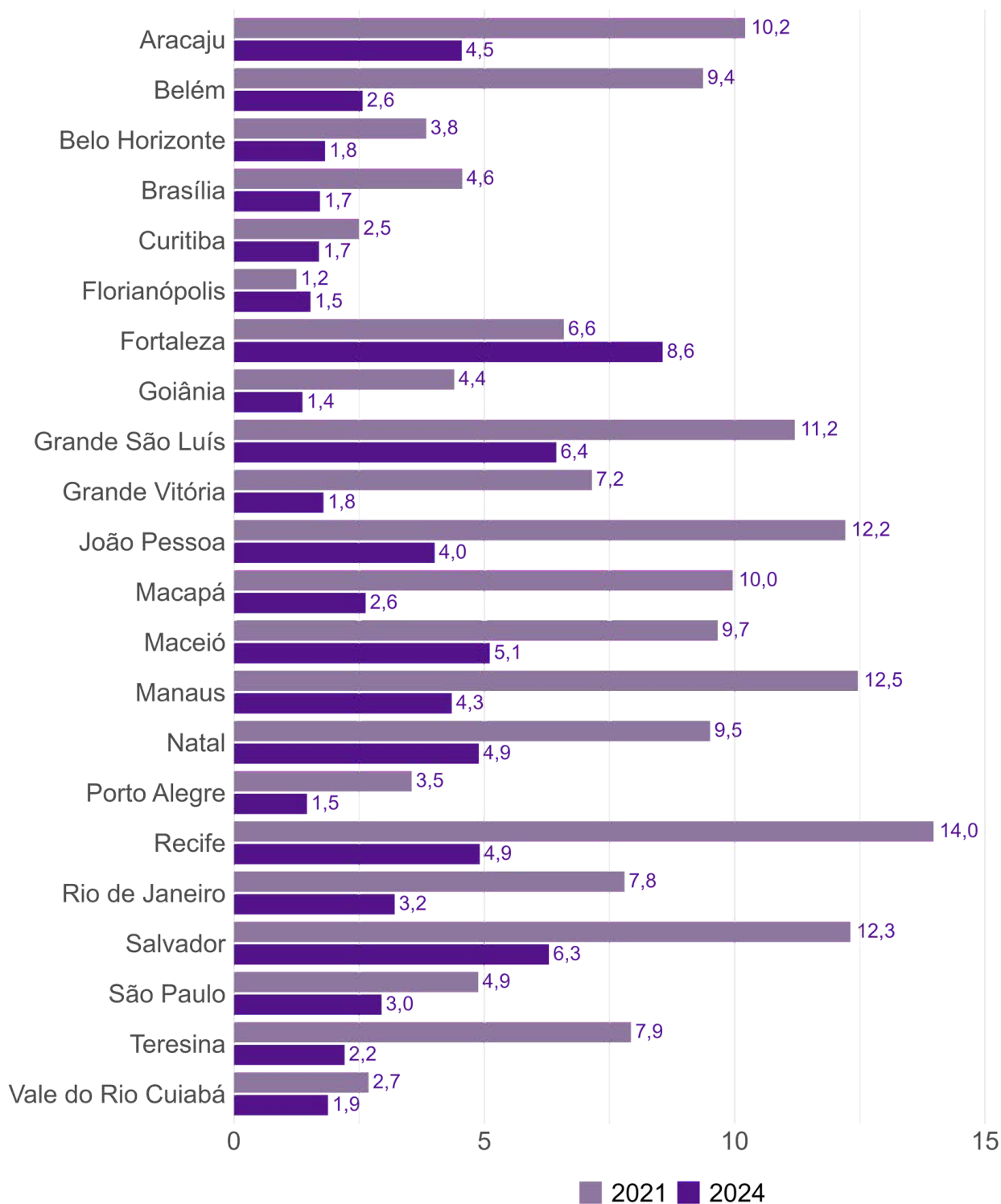


FIGURA 16: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)



UFRJ



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS | LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL

